

Com o intuito de orientar estudos e favorecer uma visão integrada das categorias e referenciais com os quais temos trabalhado destacamos hoje um esforço realizado pelo prof. Sarmento no sentido de organizar um

Mapa de Conceitos na área de estudos da Sociologia da Infância

*Manuel Jacinto Sarmento
IEC – Universidade do Minho – Portugal*

1. Sociologia da Infância

1.1. **área de Sociologia aplicada** — perspectivas estruturais, críticas e interpretativas.

A Infância como categoria social do tipo geracional e as crianças como atores sociais

1.2. **área de estudos da Infância** - relação interdisciplinar com a Antropologia, Psicologia, Ciências da Educação, Economia, Política Social A Infância como campo de estudos interdisciplinares, estudada a partir de si própria

2. Abordagens teóricas na Sociologia da Infância

2.1 Perspectivas estruturais

A Infância é uma "categoria social do tipo geracional" (abstração que refere um conjunto de indivíduos que, nos planos sincrónico e diacrónico, se identificam por uma característica comum - pertencerem ao mesmo escalão etário -, a qual é socialmente moldada, de tal modo que todos os indivíduos do grupo, apesar das diferenças que existam entre eles, são influenciados pela e influenciam a estrutura social - conjunto de regras e recursos socialmente disponíveis) , que se mantém independentemente dos membros concretos que a constituem em cada momento histórico (as crianças, como indivíduos), ainda que varie em consequência das mudanças na estrutura da sociedade e nos seus modos de articulação simbólica.

Temas privilegiados: 1- imagens históricas da infância, 2- políticas públicas, 3- demografia, economia- 4- direitos e cidadania

Autores de referencia: (P. Áries, H. Hiendrich, C: Hedwwood, E. Beche). 2 – D. Archard; 3. J.Qvortrup; G. Sgritta, ; 4. B Franklin; T. Hammarberg; D. Archard.

2.2 Perspectivas interpretativas

As crianças integram uma categoria social, a infância, mas constroem processos de subjetivação no quadro da construção simbólica dos seus mundos de vida, estabelecendo com os adultos interações que as levam a reproduzir as culturas sociais e a recriá-las nas interações de pares ("reprodução interpretativa": capacidade de interpretação e transformação que as crianças têm da herança cultural transmitida pelos adultos).

Temas privilegiados: 1- ação social das crianças (agency), interações intra e intergeracionais. 2- culturas da infância, 3- as crianças no interior das instituições. 4- as crianças no espaço urbano, 5- as crianças, os media e as TIC;

6- O jogo, o lazer e a cultura lúdica;

Autores de referência: 1- A. Prout. A. James., C. Jenks 2- W. Corsaro, 3- R. Sirota, C. Montandon, 4- P. Crithensen, 5- Jo Moran-Ellis: D. Buckingham; 6- G. Brougère.

2.3. Perspectivas críticas

A infância é uma criação histórica, um grupo social oprimido e uma "condição social", (grupo que vive condições especiais de exclusão social). A Sociologia da Infância só poderá consumir as suas finalidades se contribuir para a emancipação social da infância.

Temas privilegiados:

1. A dominação cultural; 2. A dominação patriarcal e de gênero; 3. Maus-tratos à infância;

Autores de referencia: 1- Kinchloe e Steinberg; Scheper-Hughes, & Sargent; 2. L. Alanen. B.Mayal; 3. Gavarini e Petitot

3. Pontos de confluência teórica

3.1 A infância deve ser estudada em si própria (ou a partir do seu

próprio campo), independentemente da delimitação dos objetos teóricos construídos pela ciência "adulta", isto é, tomando como ponto de partida aquilo que é distintivo no grupo geracional da infância face a outros grupos geracionais (ex: configuração histórica das idéias e imagens sociais da infância - formas relativamente estabilizadas que em cada época constituem pontos de configuração da interpretação social sobre o que é uma criança, o que lhe é devido fazer e o que lhe é interdito, e o sentido das suas relações com os adultos - ; estatuto social; relação face ao poder de Estado, etc.) e assumindo a autonomia analítica da ação social das crianças (e não dos adultos sobre as crianças). Isso implica o corte com o adultocentrismo (perspectiva analítica que estuda as crianças a partir do entendimento adulto, das expectativas dos adultos face às crianças ou da experiência do adulto face à sua própria infância).

3.2 A infância é uma categoria geracional que necessita de ser estudada de modo a articular os elementos de homogeneidade (estatuto social, características macro-estruturais comuns, como a demografia, o investimento associado às crianças, etc.) com os elementos de heterogeneidade, inerentes ao fato das crianças serem também desigualmente distribuídas pelas diferentes categoriais sociais (classe social, gênero, etnia, subgrupos etários).

3.3 O conceito de geração é central na configuração sociológica da infância, porque permite resgatar, quer no plano da análise de estrutura social, quer no plano da análise da ação social das crianças, aquilo que é distintivo. O conceito de geração necessita de ser articulado nas suas várias dimensões: 1º, como conceito que refere um grupo social constituído, intemporalmente, por indivíduos do mesmo escalão etário (ainda que as barreiras inicial e, sobretudo, final desse escalão sejam temporal e espacialmente flexíveis);

2º, como conceito que compreende, no plano histórico, um grupo de pessoas do mesmo escalão etário que viveu uma experiência semelhante (por exemplo: as crianças nascidas na segunda metade da década de 30 e na primeira metade da década de 40 na Europa são marcadas pela experiência da 2ª guerra mundial, tal como as crianças que nasceram na 2ª metade dos anos 60 e primeira metade dos anos 70 viveram debaixo das convulsões das reformas sociais e dos costumes então em curso - e em Portugal, a revolução democrática; -, bem como as crianças da última década do século XX são marcadas pela disseminação das tecnologias de informação de massas - computadores, celulares, Internet, etc.); 3º como conceito que compreende a diferença da experiência de um grupo etário, formado em condições históricas precisas, ao longo do seu trajeto de vida (as crianças atuais têm uma experiência de relação com os seus pais, diferente da que estes tiveram com os deles, considerando precisamente a diferença da experiência histórica, mesmo se permanecem as relações entre crianças e pais, na durée - dimensão abstrata que se refere à longa duração do tempo histórico, onde as variações tendem a diluir-se face às constantes históricas -; por exemplo, a dominação paternalista, na longa duração, dilui as formas mais ou menos autoritárias e mesmo formas mais ou menos violentas de relação intergeracional, e permanece, no essencial, muito pouco alterada).

3.4 A construção social da infância, historicamente consolidada, realizou-se segundo o princípio da negatividade (conceito que diz respeito ao processo social de negação de determinadas características ou condições de um grupo, categoria ou aspecto da sociedade): as crianças foram pensadas e reguladas, a partir da modernidade, tomando por base um conjunto de interdições e de prescrições que sucessivamente negam ações, capacidades ou poderes às crianças, com base na suposta incompetência das crianças - a criança é o que *não* vota, *nem* pode ser eleito; o que *não* sabe e por isso tem de estudar; *não* é responsável e por isso é inimputável; *não* se pode casar; *não* paga impostos; *não* trabalha; *não* frequenta espaços onde se vendem

bebidas alcoólicas; *não* participa em negócios, etc. Em contraposição com isto, a Sociologia da Infância estrutura-se em torno da idéia ou paradigma, da competência infantil. (L. Alanen), isto é , todas as crianças são competentes no que fazem, considerando a sua experiência e as suas oportunidades de vida.

3.5 . A infância não é uma idade de transição, a menos que consideremos que todas as idades são de transição, no sentido em que nelas se percorre uma parte do percurso de vida de cada ser humano. As crianças são atores sociais competentes, com características próprias, que se exprimem na alteridade geracional (diferença relativa face às outras gerações, no que respeita ao estatuto social e aos elementos simbólicos configuradores do grupo geracional). É da ordem da diferença e não da grandeza, incompletude ou imperfeição, que a Sociologia da Infância trata quando estabelece a distinção face aos adultos. Nesse sentido, a Sociologia da infância é crítica da psicologia do desenvolvimento. E mesmo da idéia de desenvolvimento, como expressão de uma visão teleológica, linearestratificada em etapas do percurso ou itinerário de vida de cada ser humano. (E. Burnam)

3.6. As condições de vida das crianças necessitam, igualmente, de ser estudadas considerando a especificidade da infância perante a esfera de produção, a repartição da riqueza, a organização do poder e a vida em comunidade, em geral. Os indicadores estatísticos normalmente invisibilizam a infância, por não tratarem separadamente os grupos geracionais (J Qvortrup). No entanto, sendo as crianças desigualmente afetadas (considerando a heterogeneidade da infância), a categoria geracional infância é a que é mais afetada globalmente por fatores estruturais como a desigualdade social, os conflitos bélicos, as carências das políticas sociais e os efeitos a curto e longo prazo dos problemas sociais e ambientais.

3.7. As crianças são produtores culturais. As culturas da infância exprimem os modos diferenciados através dos quais as crianças interpretam, simbolizam e comunicam as suas percepções do mundo, interagem com outras crianças e com os adultos e desenvolvem a sua ação no espaço público e privado. As culturas da infância são geradas nas interações

de pares e no contato com os adultos. Espelham as diferenças culturais e são por isso declináveis no plural: é de multiculturalidade que se trata, na verdade. No entanto, as culturas da infância não são a reprodução mais ou menos fiel das culturas adultas; tão pouco são culturas adultas diminuídas, imperfeitas ou miniaturizadas. A diferença das culturas da infância decorre do modo específico como as crianças, como seres biopsicosociais com características próprias, simbolizam o mundo, nomeadamente pela conjugação que fazem de processos e dimensões como o jogo, a fantasia, a referência face aos outros e a circularidade temporal.

3.8. As instituições para crianças configuram em larga medida o "ofício de criança" (R. Sirota: P. Perrenoud: Chamboredon e Prévot), isto é o modo "normalizado" do desempenho social das crianças. As instituições desenvolvem processos de socialização vertical, isto é, de transmissão de normas, valores, idéias e crenças sociais dos adultos às gerações mais jovens. Como tal, elas são normalmente adultocentradas, correspondem a espaços de desempenho profissional adulto (professores, pediatras, psicólogos, assistentes sociais, etc.), exprimem modos mais autoritários ou mais doces de dominação adulta e criam rotinas, temporizações e práticas coletivas conformadas pela e na cultura adulta. Especialmente significativo no trabalho institucional é o papel da escola e o trabalho pedagógico que "inventou o aluno" (Sacristan. Nabodowski) e "institucionalizou a infância" (Ramirez). Mas as instituições são também preenchidas pela ação das crianças, seja de forma direta e participativa seja de modo intersticial, isto é, seja através de um protagonismo infantil (com ação influente), seja como modo de resistência, nos espaços ocultos ou libertados da influência adulta - no decurso da qual se realizam processos de socialização horizontal (comunicação intrageracional) , e se exprime a "ordem social das crianças" (M. Ferreira).

3.9. As mutações da modernidade têm implicações nas condições de vida das crianças e no estatuto social da infância. As crianças exprimem fortemente as mudanças sociais, quer porque as recebem sob a forma de condições sociais e culturais de existência em transformação, quer porque elas próprias mudam, enquanto atores sociais contextualmente inseridos. As crianças também interpretam as

mudanças e posicionam-se perante elas. As mudanças radicam nas transformações mais profundas da sociedade contemporânea: emergência da "sociedade de risco" (U . Beek), pela globalização hegemônica (B Sousa Santos), com inerentes alterações culturais (Appaddurai) e tecnológicas e, sobretudo, agravamento das desigualdades sociais, incremento dos fatores de desproteção e desenvolvimento dos dispositivos de influência da indústria cultural para crianças (Steinberg e Kinchloe). Contra a tese conservadora da "morte da infância"(Postman), que considera a adultização das crianças destruidora das características distintivas que a infância supostamente adquiriu na modernidade - inocência e proteção face ao mundo de vida dos adultos -a Sociologia da Infância promove o entendimento de que as transformações e mudanças sociais não levam ao desaparecimento da infância, mas promovem transformações estruturais e simbólicas nas condições de vida e nas culturas da infância (Buckingham). A interpretação dessas mudanças, para além de um desafio teórico, envolve a Sociologia da Infância num projeto social mais amplo de promoção dos direitos de cidadania da infância (Freeman).

- 3.10. A Sociologia da Infância só poderá desenvolver-se se for capaz de se articular com um programa em renovação na própria Sociologia, capaz de dar conta das transformações sociais e da "mudança paradigmática" (B Sousa Sumos), em curso, de superar as dicotomias sociológicas tradicionais (estrutura/ação; sociedade/indivíduo) e de articular o estudo das crianças como indivíduos sociais (B. Lahire) com a influência das estruturas sociais (em processo contínuo de reestruturação) na configuração da categoria geracional infância. A Sociologia da Infância necessita de dar conta do "declínio do programa institucional! (F. Dubet), com os processos contemporâneos de subjetivação. A Sociologia da Infância carece de esbater as suas barreiras disciplinares, constituir-se, também, como uma sociologia da construção discursiva da infância, nomeadamente do discurso psicológico e psicanalítico da infância (G. Neyrand), e ampliar-se através do trabalho interdisciplinar capaz de compreender as redes simbólicas de articulação da infância (A. Prout). Finalmente, a Sociologia da Infância só poderá concretizar o seu programa científico se assumir a participação da criança (exercício efetivo da decisão no espaço individual e coletivo) como referente, a um tempo, social e metodológico (P. Alderson), se tomar a criança como sujeito de conhecimento e se fizer de si própria uma verdadeira Sociologia: isto é, a ciência que busca o

conhecimento dos fatos sociais, através das e com as crianças.